

RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.383 - DF (2014/0037728-3)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **DISTRITO FEDERAL**
PROCURADOR : **SARAH GUIMARÃES DE MATOS E OUTRO(S) - DF026559**
RECORRIDO : **SINDICATO DOS SERV.PUBLICOS CIVIS DA ADM.DIR
AUT.FUND. E TCDF**
RECORRIDO : **NARCISIO FERREIRA DE SOUZA**
ADVOGADO : **MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA E OUTRO(S)
- RN004846**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Distrito Federal, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado (e-STJ, fls. 265/266):

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA EM FACE DO DISTRITO FEDERAL. PROPOSIÇÃO INDIVIDUAL. SINDICATO ATUANDO NA QUALIDADE DE SUBSTITUTO PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. INEXIGIBILIDADE DO PRESSUPOSTO ESPECÍFICO DO ART. 2º-A, DA LEI Nº 9.494/97. ERROR IN PROCEDENDO. CAUSA DE PEDIR. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO NÃO TRANSITADO EM JULGADO. SENTENÇA CASSADA.

1. O Sindicato quando atua na qualidade de substituto processual é autor da ação e não o substituído.
2. Quando se tratar de ação individual é inaplicável a exigência do pressuposto específico do art. 2º-A, da Lei nº 9.494/97, o qual é aplicável apenas às ações coletivas.
3. Impossível a condução da procedência desta ação de conhecimento sob o fundamento tático do decidido em mandado de segurança coletivo impetrado em face do Distrito Federal se esta ação não transitou em julgado ainda. No interesse na agilidade processual e na economia processual, deverão ser anulados os atos processuais e oportunizada a emenda a inicial com o fim de adequar a causa de pedir sob a qual se funda o direito individual.
4. Recurso conhecido e provido. Sentença cassada diante do *error in procedendo*.

Os embargos de declaração opostos contra aludida decisão foram rejeitados (e-STJ, fls. 295/304).

O recorrente alega a existência de contrariedade aos arts. 264, parágrafo único, e 535, II, do CPC/1973.

Sustenta que o Tribunal de origem incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar quanto à matéria de ordem pública em embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Assevera, de outra parte, que ocorreu violação do art. 264 do CPC/1973, já que o Tribunal de origem determinou a emenda à petição inicial sem oitiva da parte adversa, já regularmente citada, após oferecida contestação e saneado o processo, contrariando, assim, o princípio da estabilidade da demanda.

O parecer do Ministério Público Federal é pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 377/383).

É o relatório.

Assiste razão ao recorrente no ponto em que sustenta violação do art. 535, II, do CPC/1973, pois uma análise detida das decisões proferidas pelo Tribunal de origem, em cotejo com os recursos da parte insurgente (e-STJ, fls. 277/282), revela que houve omissão no acórdão combatido quanto à incidência do art. 264 do CPC/1973, já que não se admite a emenda da inicial após o oferecimento da contestação quando a diligência ensejar a modificação do pedido ou da causa de pedir.

Até porque o Superior Tribunal de Justiça já firmou a orientação de que "não é possível ao julgador determinar a emenda da petição inicial após a apresentação de contestação pelo réu, ainda que detectados defeitos e irregularidades relacionados ao pedido. Isso porque a lide está estabilizada após a contestação e, estando a lide estabilizada, já não cabe a correção da petição inicial em defeito grave, pois equivaleria, na prática, a se ter a propositura de uma outra ação dentro do mesmo feito. Além disso, é por isso que o CPC estabelece que, nos casos de extinção do processo sem resolução do mérito, a parte pode intentar novamente a ação e pode fazê-lo por até três vezes. Basta obedecer aos requisitos e deduzir novamente a pretensão, com a mesma ação, o mesmo objeto, a mesma causa de pedir, o mesmo pedido devidamente apresentado" (REsp 1.279.586/PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 17/11/2017).

Em igual sentido:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. EMENDA APÓS APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO E DO SANEAMENTO DO PROCESSO. MODIFICAÇÃO DO PEDIDO OU DA CAUSA DE PEDIR. IMPOSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto em 06/08/2015 e atribuído ao gabinete em 25/08/2016.
 2. Descabe a emenda da petição inicial após o oferecimento da contestação e o saneamento do processo, quando essa providência importar alteração do pedido ou da causa de pedir (art. 264, parágrafo único, CPC/73).
 3. A adoção desse entendimento não se confunde com o rigorismo do procedimento. Ao contrário, firma-se no princípio da estabilidade da demanda, consubstanciado no art. 264 do CPC/73.
 4. Com a estabilização da demanda, é inaplicável o art. 284 do CPC/73, quando a emenda implicar a alteração da causa de pedir ou do pedido, ou violar os princípios do contraditório e da ampla defesa.
 5. Recurso especial conhecido e não provido.
- (REsp 1.678.947/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 13/3/2018, DJe 20/3/2018)

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal de origem se mantém em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

Por estar configurada a agressão ao disposto no art. 535 da legislação processual, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios sejam sanados.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em via declaratória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro